

AFERIÇÃO DA QUALIDADE DO SISTEMA EDUCATIVO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA: CONTRIBUTOS PARA O CONCEITO DE AVALIAÇÃO

David Justino e Susana Batista

Consideramos que a preparação de um programa de aferição da qualidade do sistema educativo da Região Autónoma da Madeira (RAM) deve começar por uma reflexão e consensualização prévia sobre os seus propósitos e princípios orientadores. O sucesso do programa assenta na sua transparência, bem como na participação e responsabilização de todas as entidades envolvidas, tanto na definição de objetivos, princípios e metodologias comuns, como na sua concretização.

Este documento visa contribuir para a clarificação do conceito de avaliação, servindo como ponto de partida para uma discussão mais alargada com vista à explicitação do quadro de referência a seguir.

QUADRO NORMATIVO

Os propósitos e princípios avançados encontram-se em linha com as orientações gerais expressas na lei sobre o sistema de avaliação da educação e do ensino não superior (Lei nº 31/2002, de 20 de Dezembro). Destacamos, desse enquadramento normativo, a conceção de avaliação que:

“a partir de uma análise de diagnóstico, vise a criação de termos de referência para maiores níveis de exigência, bem como a identificação de boas práticas organizativas, de procedimentos e pedagógicas relativas à escola e ao trabalho de educação, ensino e aprendizagens, que se constituam em modelos de reconhecimento, valorização, incentivo e dinamização educativa” (Artigo 4º);

Merecem especial destaque os objetivos enunciados, nomeadamente:

a) Promover a melhoria da qualidade do sistema educativo, da sua organização e dos seus níveis de eficiência e eficácia, apoiar a formulação e o desenvolvimento das políticas de educação e formação e assegurar a disponibilidade de informação de gestão daquele sistema;

[...]

c) Assegurar o sucesso educativo, promovendo uma cultura de qualidade, exigência e responsabilidade nas escolas;

d) Permitir incentivar as ações e os processos de melhoria da qualidade, do funcionamento e dos resultados das escolas, através de intervenções públicas de reconhecimento e apoio a estas;

[...] h) Promover uma cultura de melhoria continuada da organização, do funcionamento e dos resultados do sistema educativo e dos projetos educativos” (Artigo 2º).

PROPÓSITOS

1. O programa de aferição da qualidade do sistema educativo da RAM tem como principais finalidades a **promoção da melhoria** do serviço público de educação, bem como o **apoio à tomada de decisão**.
 - 1.1. Pretende-se qualificar o processo educativo de forma a potenciar os resultados de cada escola em particular e do sistema educativo em geral;
 - 1.2. O programa contribui igualmente para a concepção de uma estratégia de qualificação e desenvolvimento educativo, nomeadamente no estabelecimento de prioridades e na capacidade de mobilização e afetação dos recursos educativos.
2. Visa também incentivar **processos de mudança** organizacional e cultural nas escolas para a **qualificação dos processos** de ensino aprendizagem.
 - 2.1. A informação produzida no âmbito do programa deverá potenciar uma cultura de avaliação contínua e uma reflexão sobre os fatores explicativos para os desempenhos obtidos, nomeadamente em termos dos processos desenvolvidos nas escolas;
 - 2.2. Dessa análise, deverá resultar a elaboração de planos de melhoria de cada escola, que contemplem uma hierarquização das áreas de intervenção e a definição de estratégias, bem como metas e objetivos a atingir.

PRINCÍPIOS

As melhores escolas são aquelas que melhoram

Mais do que elaborar rankings ou hierarquizar desempenhos, pretende-se capacitar as escolas com os instrumentos que visem a qualificação dos seus processos e a melhoria dos seus resultados, independentemente do nível de desempenho de cada uma. O foco estará nas **dinâmicas de melhoria** que cada escola conseguir construir para promover o sucesso dos seus alunos.

Autoavaliação e avaliação externa são processos complementares e interativos

O programa de aferição da qualidade do sistema educativo da RAM baseia-se na interação e a complementaridade dos processos de autoavaliação desenvolvidos pelas escolas e de avaliação externa da responsabilidade da Secretaria Regional de Educação.

As práticas e resultados das autoavaliações de escolas permitem construir uma imagem da singularidade de cada uma e contextualizar os seus objetivos e resultados através de uma análise dos processos desenvolvidos; informa, assim, a avaliação externa. Os procedimentos utilizados pela avaliação externa, os resultados e informação daí decorrentes deverão por sua vez consolidar e potenciar as práticas de autoavaliação de escolas.

Uma avaliação assente numa perspetiva comparada, contextualizada e dinâmica

Qualquer sistema de avaliação assenta no balanço entre a quantidade e qualidade dos recursos envolvidos (alunos, professores, recursos materiais, financiamento, etc.), os processos institucionalizados (organização escolar, práticas pedagógicas, lideranças, ambientes de aprendizagem, culturas escolares, etc.) e os resultados obtidos (resultados escolares, níveis de retenção e abandono, bem estar escolar, níveis de mobilização para a prossecução dos objetivos comuns, reconhecimento da comunidade, etc.).

Nesse sentido, a avaliação terá de ser sempre concebida numa perspetiva comparada, mas entendida na diversidade dos contextos sociais e culturais em que se desenvolveram e evoluíram os processos educativos.

Os indicadores ao nível da escola devem pois ser referenciados a padrões comuns, que permitam situar o desempenho da escola, nas suas várias vertentes, em relação a valores regionais ou nacionais. Devem ser contextualizados nas suas realidades sociais, culturais e organizacionais, mobilizando também para tal os resultados da autoavaliação. Finalmente, devem seguir uma perspetiva dinâmica, na medida em que importa considerar a tendência de evolução dos vários indicadores ao longo do tempo, e não limitar a análise aos resultados do ano anterior.

Uma avaliação orientada para a qualificação dos processos

O processo de avaliação utiliza indicadores precisos e quantificáveis, construídos não só para caracterizar contextos e medir resultados, mas também para avaliar o cumprimento de objetivos propostos nos Projetos Educativos das escolas e metas definidas a nível da RAM.

Baseando-se em diagnósticos quantificados quer dos resultados obtidos quer dos recursos mobilizados, o objetivo último é o de identificar os melhores processos e o de promover a difusão das melhores práticas. Os melhores processos, mais tarde ou mais cedo, traduzir-se-ão em melhores resultados (menor abandono, limitada retenção, sucesso escolar dos alunos) e mais eficiente afetação dos recursos educativos.

Uma avaliação que promova redes colaborativas das escolas visando a partilha de experiências e de reflexão sobre os problemas comuns

Entende-se que uma competição saudável não exclui práticas de colaboração ativa entre escolas. Todas as escolas convergem no desígnio de proporcionar melhores condições de sucesso escolar a todos os seus alunos. A verdadeira competição faz-se contra o insucesso escolar e a resignação face aos fatores de atraso educativo.

Figura 1: Modelo de integração dos processos de autoavaliação e avaliação externa das escolas

